

ATA Nº 15
30-04-2014

Se Bm
Hm
Al
Alves
Jer

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a décima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Ana Raquel Ganhão das Dores Soudo, João Manuel Marques Cruz Nobre e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Faltou a esta reunião o Vereador Francisco Xavier Candeias Fitas por motivos de força maior, considerando-se a falta justificada. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

APROVAÇÃO FINAL DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 16 DE ABRIL DE 2014. -----

Foi presente à Câmara a versão final da ata da reunião de câmara que decorreu no passado dia dezasseis de abril de dois mil e catorze para que a mesma fosse aprovada ao abrigo do art.º 57.º n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara por unanimidade, delibera aprovar a referida ata, que será subscrita pelos membros do executivo e por quem foi incumbido da função de secretariar a reunião. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 29 DE ABRIL DE 2014:
€ 430 637,88. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1 – EDUARDO ANTÓNIO RODRIGUES CANDEIAS. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 130 OLIVEIRAS NO PRÉDIO RÚSTICO ART.º 47, SECÇÃO L, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Eduardo António Rodrigues Candeias a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativo ao arranque de 130 oliveiras no prédio rústico artigo 47, secção L, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 804/2014, do Gabinete Técnico, delibera certificar que a ação pretendida, de acordo com a Planta de Condicionantes interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e de REN (Reserva Ecológica Nacional), estando o prédio inserido em Áreas de Vocação Agrícola Dominante, pelo que, tendo em consideração as competências da CCDR para os solos de REN, deverá ser auscultada aquela entidade para clarificar se a ação pretendida está isenta de qualquer procedimento, no âmbito do novo regime jurídico. -----

2 – EDUARDO ANTÓNIO RODRIGUES CANDEIAS. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 92 OLIVEIRAS NO PRÉDIO RÚSTICO ART.º 123, SECÇÃO E, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Eduardo António Rodrigues Candeias a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativo ao arranque de 92 oliveiras no prédio rústico artigo 123, secção E, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 805/2014, do Gabinete Técnico, delibera certificar que a ação pretendida, de acordo com a Planta de Condicionantes interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e de REN (Reserva Ecológica Nacional), estando o prédio inserido em Áreas de Vocação Agrícola Dominante, pelo que, tendo em consideração as competências da CCDR para os solos de REN, deverá ser auscultada aquela entidade para clarificar se a ação pretendida está isenta de qualquer procedimento, no âmbito do novo regime jurídico. -----

3 – EDUARDO ANTÓNIO RODRIGUES CANDEIAS. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE 144 OLIVEIRAS NO PRÉDIO RÚSTICO ART.º 67, SECÇÃO I, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Eduardo António Rodrigues Candeias a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativo ao arranque de 144 oliveiras no prédio rústico artigo 67, secção I, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 806/2014, do Gabinete Técnico, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o prédio inserido em Áreas de Vocação Silvo-Pastoril Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

4 - INÍCIO DO PROCESSO DE CANDIDATURAS AOS APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 30/2014 do Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal propondo que se dê início ao processo de candidaturas aos apoios sociais. ---- De acordo com a informação é de extrema importância que estas candidaturas decorram de dia 05 a 23 de maio de 2014, para que se possa fazer a análise dos processos com a maior brevidade possível, permitindo aos utentes apoiados usufruir destes apoios o máximo de tempo possível. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação e uma vez que tem como um dos principais objectivos dignificar e melhorar as condições de vida dos residentes no concelho, que se debatem com necessidades económicas, delibera dar início ao processo de receção de candidaturas. -----

5 - JULIANO AUGUSTO CARAPUÇA BATISTA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA COM ESPLANADA RUA DA SOCIEDADE FILARMÓNICA/RUA MANUEL VITORINO BATARDA. -----

Vem o requerente solicitar a ocupação da via pública com esplanada no passeio junto à Biblioteca Municipal, em zona não adjacente ao seu estabelecimento comercial numa área de 12m² com 5 mesas e 20 cadeiras, pelo facto de o passeio imediatamente contíguo não permitir a montagem devido à sua largura reduzida, não sendo igualmente possível no arruamento por razões de segurança de circulação automóvel e pedonal.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências de administração do domínio público municipal que lhe são cometidas pela alínea qq) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e com base na informação n.º 142/2014, da Fiscalização Municipal, delibera: -----

1. Informar que a instalação da mesma se encontra sujeita ao regime de mera comunicação prévia por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de Abril (Licenciamento Zero), -----
2. Autorizar a instalação devendo esta obedecer às condições e restrições impostas pelo art.º 6.º e 7.º do anexo IV do mesmo diploma legal, devendo ser garantido um corredor para peões na zona envolvente da esplanada com 1,20m de largura, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do anexo I ao Regulamento de ocupação do espaço público, publicidade e propaganda do Município de Cuba. -----

6 - INFORMAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – VILA RUIVA. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 141/2014 da Fiscalização Municipal que surge na sequência de deliberação tomada em reunião do Órgão Executivo desta Autarquia de 26 de Dezembro de 2013 relativamente à colocação de sinalização de estacionamento proibido na Rua da Fábrica e na Rua do Penedo, como forma de prevenção da existência de constrangimentos à circulação e de eventuais danos que a circulação de tais veículos possa causar no pavimento dos arruamentos a que acresce o facto de a Junta de Freguesia ter criado um espaço junto ao limite do perímetro urbano destinado ao estacionamento dos veículos. -----

Verificou-se entretanto a necessidade do alargamento da proibição de estacionamento a toda a extensão da Rua da Fábrica (até à saída para Albergaria dos Fusos), bem como da Rua Cândido dos Reis, a qual surge na continuidade da primeira pelos mesmos motivos inicialmente invocados, sendo também solicitado pela Junta de Freguesia a proibição do estacionamento de pesados na Rua Nova e na Rua do Penedo de acordo com a planta de localização que se anexa. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das suas competências materiais, por força do disposto na alínea rr) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e com base na referida informação, delibera proceder à colocação de um sinal C15 (estacionamento proibido) de acordo com o art.º 24.º do Regulamento de sinalização e trânsito, anexo ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, ao qual deverá ser aposta uma placa adicional de cor branca com a indicação “veículos pesados” e, no caso da zona de estacionamento colocar o sinal H1a (estacionamento autorizado) ao qual deverá ser aposta uma placa adicional com a indicação “veículos pesados sem reboque” de acordo com o art.º 34.º do referido regulamento e complementado com a respetiva delimitação horizontal pintada no pavimento. -----

7 -ESTÁGIOS DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL - PROGRAMA VIDA EMPREGO. -----

Solicita a Delegação Regional do Alentejo – Instituto da Droga e da Toxicodependência a possibilidade desta Autarquia acolher dois estágios de integração sócio-profissional, do Programa Vida-Emprego, com a duração de 9 meses. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 24/2014, do Serviço de Ação Social e Saúde, delibera acolher os estagiários, uma vez que de acordo com a resolução do conselho de Ministros n.º 136/98 de 04 de Dezembro, esta medida não acarreta custos efetivos para as entidades promotoras, isto é, as entidades são ressarcidas

pelo IIEFP da totalidade dos custos com estes projetos. -----

8 – ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O STAL APROVADO NA REUNIÃO DA CÂMARA DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013 – PONTO DA SITUAÇÃO EM ABRIL DE 2014.

Foi presente à câmara a Informação n.º 18/2014 do Chefe da DGM onde é feito o ponto da situação do procedimento do Acordo de entidade Empregadora Pública que havia sido celebrado com o STAL no final de dezembro de 2013.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

1.º - Atento o facto de que decorreram mais de 90 dias sem que a Secretaria de Estado da Administração Pública se pronunciasse sobre o ACEEP que lhe foi submetido para parecer, a Câmara entende invocar a figura do deferimento tácito previsto no art.º 108.º do CPA e considerar em face da omissão de resposta por parte da entidade competente deferido tacitamente para o procedimento subjudice;-----

2.º - Face ao disposto no n.º anterior, em sintonia com o consignado no n.º 1 do art.º 356.º do RCTPF, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na sua redação atual, determinar que seja remetido o ACEEP aqui enunciado para depósito na DGAEP – Direção Geral da Administração e do Emprego Público;-----

3.º - Decorrido o prazo previsto no n.º 2 do mesmo art.º 356.º, em sintonia com o n.º 1 do art.º 382.º, todos do RCTFP, determinar que seja remetido o ACEEP para publicação em Diário da República, na 2.ª série, para que o mesmo entre em vigor no dia imediatamente a seguir à respetiva publicação.-----

9 – ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O STFPSSRA – SINDICATO DE TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS – MINUTA PARA APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Foi presente à câmara a Informação n.º 19/2014 do Chefe da DGM onde suscitada a possibilidade de ser aprovado e outorgado ACEEP com o STFPSSRA – Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do sul e Regiões Autónomas, metodologia similar à já utilizada com outra Associação Sindical.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

1.º - Atentas as competências cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea a) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da gestão e direção de pessoal, articuladas com o disposto no n.º 1 do art.º 132.º do RCTFP sobre as competências da entidade empregadora para definição dos horários de trabalho e da alínea b) do n.º 3 do art.º 347.º do mesmo diploma legal para que mesma entidade para possa celebrar acordos coletivos de trabalho, aprovar a proposta de Acordo Coletivo de Entidade empregadora Pública entre o Município de Cuba e o STFPSSRA - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.-----

2.º - Remeter para o membro do governo competente o ACEEP agora aprovado para que seja emitido parecer sobre o documento;-----

3.º - Em articulação com o STFPSSRA, e após outorga pelos respetivos representantes, proceder ao registo/depósito do acordo junto da entidade competente e consequente publicação na 2.ª série do DR.-----

10 – EMPREITADA DE REGENERAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA E DA RUA DA MISERICÓRDIA EM VILA ALVA – APRECIACÃO DAS LISTAS DE ERROS E OMISSÕES PARA APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO.

Foi presente à câmara a Informação n.º 17/2014 do Chefe da DGM onde é apresentada a temática das listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao procedimento de concurso público para que o dono de obra proceda à sua aceitação ou rejeição.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

1.º - Registrar que as listas de erros e omissões apresentadas por parte dos concorrentes Vedap, Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A; Carlos Gil, Obras Públicas, Construção Civil e Montagens Elétricas, Lda.; Consdep, Engenharia e Construções, S.A.; Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas, S.A.; H. Teixeira & Companhia, LDA. e Fitonovo, S.A. foram entregues até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas (28.12.2012-23h59m) em sintonia com o n.º 1 do art. 61.º do CCP, razão pela qual foram devidamente analisadas pelo projetista e pelo dono de obra;-

2.º - Registrar que a lista de erros e omissões apresentada por parte do concorrente Vedap, Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A. foi considerada pelo dono de obra em sede de esclarecimentos pelo que para tal deliberação, atempadamente comunicada aos concorrentes se remete; -----

3.º - Ao abrigo do n.º 5 do art. 61.º do CCP aceitar expressamente, em sintonia com a proposta do projetista, os erros e omissões previstos no doc. n.º 3 anexo à presente informação, que aqui se transcrevem:-----

2.5	DIVERSOS			
2.5.1	<i>Execução de dissuadores em maciço de betão com 0.25x0.25x0.27m, incluindo fundações, revestimento em laje de granito "Cinzento Favaco" amaciado com aresta viva com 0.30x0.30x0.02m, betonilha de regularização e assentamento e todos os trabalhos necessários de acordo com pormenores</i>			
		un		48
2.5.2.1	<i>- Fabrico e colocação de betão em regularização e limpeza sob fundações, incluindo movimentação de terras necessária, preparação e compactação do terreno e todos os trabalhos</i>			
		m³		0,2
2.7	ILUMINAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES			
2.7.1.2.1	<i>Fornecimento e montagem de cabos em vala, incluindo abertura e tapamento, de:</i>			
2.7.1.2.1.1	LSVAV4x25	m		0
2.7.1.2.1.3	LSVAV 4x16	m		185
1.3	Tubagem			
1.3.1	<i>Fornecimento e montagem de tubos em vala, incluindo abertura e tapamento, de:</i>			
1.3.1.1	3xØ110 amacissado, em travessias	m		0
1.3.1.2	4xØ125 amacissado, em travessias	m		20

4.º - Rejeitar todos os restantes erros e omissões apresentados, ao abrigo do mesmo preceito legal, pelos fundamentos apresentados pelo projetista, conforme o mesmo documento anexo;-----

5.º - Pela sua escassa relevância e pela margem considerada desde o início, determinar

que os erros e omissões agora aceites não terão qualquer repercussão no preço base do concurso a que faz referência o art.º 47.º do CCP, valor que é que é conhecido dos concorrentes;-----

6.º - Por razões análogas, determinar que o prazo de execução da obra previsto no art.º 362.º do CCP e no caderno de encargos não terá qualquer acréscimo.-----

7.º - Para facilitar a gestão do procedimento, aprovar o mapa de quantidades final, que consta do doc. n.º 4, que já inclui os erros e omissões aceites, por forma a que os concorrentes possam apresentar uma proposta global que inclui as quantidades iniciais e os erros e omissões aceites;-----

8.º - Determinar que no dia 30 de abril sejam notificados através da plataforma ACINGOV os concorrentes e levantada a suspensão que ocorreu a partir do 5/6 do prazo, o que legitimará a apresentação de propostas até às 23h59m do dia 05 de maio de 2014.-----

11 - CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE SEIS ESPAÇOS DE RESTAURAÇÃO NO FESTIVAL DO CARACOL – MAIO DE 2014.-----

Foi presente à câmara a Informação n.º 16/2014 do Chefe da DGM onde é apresentada a possibilidade de ser despoletado concurso público para atribuição de seis espaços/stands de restauração no Festival do Caracol, iniciativa que se pretende realizar nos dias 30, 31 de maio e 01 de junho.-----

A Câmara, por unanimidade, delibera:-----

a) – Aprovar as regras insertas no programa de concurso em anexo para a atribuição dos seis stands a disponibilizar no local do evento – Largo Conde da Esperança;-----

b) – Determinar que apenas os restaurantes sediados no concelho poderão apresentar propostas, e na eventualidade das mesmas serem em número insuficiente, poderem ser convidadas associações locais, às quais será aplicável com as devidas adaptações o programa de concurso agora aprovado.-----

c) – Fixar em oito dias seguidos, contados do dia a seguir à divulgação da iniciativa – 30 de abril, o prazo limite para apresentação de propostas, ou seja, até às 17h do dia 08 de maio de 2014.-----

12 – RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – DOCUMENTOS DA AUTORIA DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS.-----

Foi presente à câmara a Informação n.º 15/2014 do Chefe da DGM onde é apenas a documentação da empresa Amável Calhau, Ribeiro da Cunha, e Associados sobre o parecer e certificação legal de contas do ano de 2013.-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

a) – Tomar conhecimento formal que foi cumprido o disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ficando arquivado nos anais do município quer o parecer, quer a certificação legal de contas individuais, documentos elaborados e subscritos pelo auditor externo do Município de Cuba - Revisor Oficial de Contas: António Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados;-----

b) – Tomar conhecimento formal que, com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, em concreto o seu art.º 76.º, as contas individuais e as contas consolidadas do Município de Cuba passam a ser apreciadas e votadas em momentos distintos, isto é, as contas individuais são apreciadas e votadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em abril de cada ano civil e as contas consolidadas em junho de cada ano civil;-----

c) – Determinar que a presente informação e documentação anexa seja remetida para a sessão da Assembleia Municipal de junho, para que a mesma possa tomar conhecimento formal do documento na sua versão escrita.-----

13 – NUNO GUERREIRO – ALARGAMENTO DE HORÁRIO E EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA ESTABELECIMENTO COMERCIAL NA NOITE DE 10 PARA 11 DE MAIO DE 2014.-----

Foi presente à Câmara requerimento apresentado por Nuno Alexandre Cabaça Guerreiro, acompanhado da Informação n.º 99/2014 da Subunidade Administrativa, sobre a possibilidade de lhe ser concedida prorrogação de horário até às 04h00m do dia 11 de maio para que possa realizar uma festa com música ao vivo no seu estabelecimento comercial – Pastelaria York, sito na rua da Amoreira, n.º 5, em Cuba.--- Mais solicita o requerente que lhe seja autorizada licença especial de ruído entre as 20,00h do dia 10 de maio e as 04,00h do dia 11 de maio para a realização do citado evento.-----

A Câmara, por unanimidade, com base na da Informação n.º 99/2014 da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no n.º 15º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, delibera conceder a licença especial de ruído até às 2,00h, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, bem como de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 2º do código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba e indeferir o alargamento do horário pretendido. -

14 – EMISSÃO DE PARECER PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DESPORTIVA DE BTT, ORGANIZADO PELO CLUBE DE BTT SEMPRE A'BRIR A LICENCIAR PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA.-----

Foi presente à Câmara requerimento apresentado pelo Município de Beja visando a emissão de parecer sobre a possibilidade de passagem pelo concelho de Cuba da prova de btt que irá realizar-se no próximo dia 04 de maio de 2014. O requerimento foi acompanhado da Informação n.º 143/2014 dos Serviços de Fiscalização Municipal, a enquadrar a pretensão e a informar da inexistência de inconvenientes ou impedimentos na emissão de parecer favorável. -----

A Câmara por unanimidade, atentos os argumentos explanados na Informação em cima enuncia, delibera emitir parecer favorável à passagem da prova pelo território geográfico correspondente ao concelho de Cuba em sintonia com a alínea e) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

15 – CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS NO ANO DE 2014 – 15 DE MAIO A 15 DE SETEMBRO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO LIMITE PARA RECEÇÃO DE PROPOSTAS.-----

Foi presente à Câmara despacho do seu Presidente onde foi prorrogado o prazo limite para apresentação de propostas para a exploração no ano de 2014 do bar das piscinas municipais descobertas. Na base de tal decisão esteve o facto de como o prazo era apenas de cinco dias seguidos, a existência de um feriado e um fim-de-semana pelo meio tornou muito difícil a obtenção das declarações de não dívida das finanças e da segurança social, condição essencial para aceitação das propostas. O prazo foi prorrogado das 17h do dia 28 de abril para o dia 30 de abril.-----

A Câmara por unanimidade, em sintonia com o n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho do Presidente da Câmara que determinou a prorrogação do prazo para aceitação de propostas:-----

OBRAS PARTICULARES: -----

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. -----

16 - ÁLVORA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA. - PROC.º 23/2010. --

Construção de Picadeiro Coberto na Herdade do Gizo, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo o requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, os elementos constantes na referida informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

17 - FLORENTINA SILVA REIS - PROC. N.º 9/2014. -----

Construção de Jazigo no Cemitério Municipal de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do art. 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera deferir o licenciamento, fixando o prazo de 2 semanas para a execução dos trabalhos, de acordo com a calendarização da obra. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

APROVAÇÃO DA ATA: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,55horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico